

Câmara aprova lei que descentraliza a Saúde

CORREIO BRAZILIENSE

7 DEZ 1989

A Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Câmara dos Deputados aprovou ontem, a Lei Orgânica de Saúde que mantém o Inamps, os escritórios regionais e as superintendências federais de saúde. No entanto, o Inamps passou para o Ministério da Saúde, sendo transferido da esfera de competência do Ministério da Previdência. O substitutivo vem implementar, também, a descentralização dos serviços de saúde, através da regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A redação final do texto será votada na próxima semana. Depois da votação, é aberto um prazo de cinco sessões para que os deputados, caso tenham interesse, requeiram sua votação no plenário da Câmara. Se não houver o requerimento, a lei é enviada para apreciação no Senado.

O presidente interino da Comissão, deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN/SP) disse que o término da votação da Lei Orgânica só foi possível porque foram retiradas todas as emendas e destaques. Ainda assim, foram feitas muitas

modificações ao substitutivo do projeto original, que terá sua redação final votada na próxima semana. Pelo fato das comissões terem caráter terminativo, de acordo com o regimento interno da casa, o deputado Arnaldo Faria de Sá esclarece que o projeto só irá ao plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação, caso haja requerimento de dez por cento dos parlamentares, contendo 50 assinaturas. "Segundo informações", acrescentou o deputado, "ainda não existem requerimentos para encaminhamento ao plenário da Câmara, para votação, da Lei Orgânica de Saúde".

ALCOOLISMO

No encerramento do Seminário sobre Alcoolismo promovido pelo Ministério da Previdência Social, os 300 participantes aprovaram ontem um documento de recomendações destacando como indispensável a adoção de uma política nacional para direcionar as ações relacionadas a questão. Para coordenar esta política nacional, o documento propõe a cria-

ção de um organismo de caráter permanente e interministerial, "não sujeito a flutuações políticas".

O documento sugere ainda que o alcoolismo e as demais formas de dependência sejam incluídas nas ações básicas de saúde, a partir da criação de um sistema composto por unidades instaladas em cada capital, que ficarão encarregadas da execução desta política em todos os níveis de promoção da saúde.

Os participantes do seminário defenderam também a veiculação de uma campanha nacional, através de todos os meios de comunicações, destinada a mudar a "atitude preconceituosa observada atualmente em diversos segmentos da sociedade".

Em palestra feita ontem, o editor de internacional de O Globo, José Carlos Monteiro, disse que editores e diretores dos meios de comunicação "devem se conscientizar de que o alcoolismo é doença de efeitos desastrosos e trabalhar para desmistificar todo o ritual de celebração da embriaguez".